

Quem nos representa melhor? Um deputado ou vários?

INTRODUÇÃO

A questão sobre os méritos relativos da «equidade» e da produção de um «vencedor claro» tende a dominar o debate sobre os sistemas eleitorais. Os defensores da representação proporcional argumentam que, numa legislatura, a distribuição dos lugares entre os partidos deverá ser, tanto quanto possível, proporcional aos votos obtidos. Deste modo se garantirá, defendem, que a composição da legislatura reflecta de modo fiel e justo a diversidade de opiniões do eleitorado. Em contrapartida, os defensores dos sistemas maioritários, como o de maioria relativa (MRU), acreditam que o mais importante é que as eleições possam produzir um vencedor claro. Para estes autores, assim se garante que é o eleitorado, e não qualquer dúbia coligação de bastidores, que determina a cor partidária do governo seguinte (Schumpeter, 1976).

O debate prende-se principalmente com a relação apropriada entre votos e assentos parlamentares no país inteiro. Mas, por muito importante que seja, esta não é a única questão em jogo no que diz respeito aos sistemas eleitorais. Tem-se discutido também a questão da representação e do papel dos representantes eleitos. Os deputados podem ser eleitos para representarem uma ideologia. Mas é também de esperar que funcionem como intermediários ou defensores dos cidadãos individuais, representando-os perante o Estado quando esses cidadãos têm problemas com o funcionamento ou as políticas de qualquer sector da administração pública (Bogdanor, 1985). No fim de contas, para que não se torne arrogante ou arbitrário no seu funcionamento, o Estado

* Universidade de Strathclyde, Reino Unido.

** Universidade do Minnesota, EUA.

poderá muito bem necessitar do contrapeso de políticos que agem em nome dos cidadãos — os mesmos cidadãos que o Estado democrático supostamente serve. O ponto em discussão no debate sobre os sistemas eleitorais prende-se com a hipótese de existirem sistemas capazes de oferecerem aos representantes eleitos um maior incentivo para agirem como intermediários dos cidadãos.

O presente artigo lida com este segundo debate, relativamente negligenciado, utilizando um novo recurso de grande importância — o projecto CSES, Estudo Comparativo dos Sistemas Eleitorais, que pela primeira vez nos permite comparar sistematicamente entre diversos países a relação entre os sistemas de voto e o comportamento, percepções e preferências dos eleitores. Começaremos por examinar os argumentos teóricos utilizados neste debate. No processo dedicaremos especial atenção aos argumentos normalmente utilizados pelos defensores dos sistemas maioritários quanto à razão pela qual há mais probabilidades de esse sistema garantir que os representantes eleitos actuem em nome dos cidadãos e à razão pela qual este facto conduz ao funcionamento eficiente de uma democracia. Em resultado desta discussão, é-nos possível desenvolver um modelo da relação entre os sistemas eleitorais e o contacto cidadão/político e das supostas implicações de tal contacto para o grau de satisfação dos cidadãos com os representantes eleitos, em particular, e a democracia, em geral. Seguidamente, testamos este modelo. Concluímos o artigo com a análise das implicações das nossas descobertas para o debate sobre os sistemas eleitorais.

QUEM NOS REPRESENTA MELHOR?

Portanto, o que nos interessa averiguar é se o sistema eleitoral maioritário¹ torna mais provável que os representantes eleitos actuem como intermediários dos cidadãos. O primeiro ponto deste argumento é fazer notar que, nos sistemas maioritários, a reeleição de cada político depende da capacidade de assegurar apoio suficiente entre um grupo de votantes claramente definido, ou seja, os seus eleitores. Neste esforço, cada eleitor é, potencialmente, pelo menos tão importante como qualquer outro para o seu representante. Cada um dos eleitores tem direito a exprimir um voto a favor do representante local ou de qualquer outro candidato. O destino de um representante local depende daqueles que tomam esta decisão.

O mesmo não pode dizer-se a propósito de nenhum dos sistemas plurinominais. Num sistema de listas partidárias fechadas, por exemplo, o destino de um representante dependerá mais da sua capacidade de manter uma posição elevada na lista do seu partido do que da capacidade de assegurar os votos

¹ O termo maioritário é utilizado para referir sistemas eleitorais de maioria relativa em círculos uninominais. (N. R. C.)

dos eleitores. E isto poderá encorajar o serviço ao partido, mais do que o serviço aos cidadãos. Contudo, mesmo num sistema de listas partidárias abertas — ou até num sistema de voto transmissível único (VTU) em círculos eleitorais plurinominais —, os representantes eleitos parecem ter um incentivo para atenderem apenas às preocupações de alguns dos seus eleitores, e não de todos. Sob o sistema de VTU, por exemplo, um representante só necessita de um certo número de votos para satisfazer a quota, a qual, nos círculos eleitorais típicos de cinco membros, não excede um sexto dos votos. Por outro lado, dado que nos sistemas de listas partidárias abertas um voto num candidato também conta normalmente como um voto no seu partido, seria aparentemente mais provável que os candidatos individuais que asseguraram a eleição fossem determinados pelas preferências dos fiéis do partido, mais do que pelo eleitorado no seu todo.

Em suma, defende-se que o sistema maioritário encoraja os representantes eleitos a tomarem em consideração as opiniões de todos os seus eleitores de um modo que não é reproduzido por nenhum sistema proporcional plurinomial. A reeleição dos representantes depende não apenas do juízo dos fiéis do partido, como também do eleitorado em geral. Em consequência, os representantes eleitos têm um incentivo para serem vistos como defensores eficazes dos interesses locais ao levarem problemas de cidadãos individuais, ou mesmo da comunidade no seu conjunto, aos responsáveis do governo. Para desempenharem esta função poderão ter de estabelecer «gabinetes» no círculo ou tomar outras iniciativas que permitam aos cidadãos expor os seus problemas. Tornar-se-ão certamente disponíveis para contactos com os cidadãos. E poderão escrever cartas a funcionários públicos, ministros ou até organizações privadas em nome daqueles que os procuram. Se o assunto for suficientemente importante, poderão até aproveitar a oportunidade para o exporem em qualquer fórum parlamentar.

Para o representante individual, o objectivo desta actividade é claro: a despesa eficaz dos interesses locais permitir-lhe-á obter, no momento das eleições, um «voto pessoal» que poderá ajudar à sua reeleição (Cain *et al.*, 1987; Jacobson, 1997). Crê-se que existem também dois benefícios para o próprio sistema democrático. Em primeiro lugar, há a garantia de que os representantes eleitos tomam consciência da existência de problemas quando a implementação de uma política pública encontra dificuldades. Se diversos eleitores falarem do mesmo problema a um representante eleito, este compreenderá que a política pública em questão está a revelar-se impopular e começará a exercer pressão junto dos decisores políticos para que a alterem. Deste modo, a evolução da política pública é constantemente informada pelo *feedback* sobre a sua implementação. Em segundo lugar, a função de intermediação dos representantes eleitos constitui um mecanismo vital que impede o governo de se tornar arbitrário ou ditatorial. Se os cidadãos sentem que foram vítimas de uma injustiça, por exemplo, na administração dos seus pagamentos à segurança social, sabem que podem recorrer a alguém com autoridade para interceder em seu nome.

E é evidente que a consciência por parte dos funcionários públicos de que os cidadãos podem recorrer aos seus representantes eleitos dá-lhes um incentivo para garantirem que as suas decisões não sejam, à partida, consideradas arbitrárias ou ditatoriais.

Em suma, alegadamente, o sistema maioritário encoraja os representantes eleitos a permanecerem em contacto com os cidadãos, garantindo-lhes que existe alguém no sistema político disposto a agir em seu nome. O resultado deveria ser um maior grau de satisfação dos cidadãos com os seus representantes eleitos e, de facto, com o sistema democrático no seu todo, o que fomentaria a legitimidade do sistema político. A estarem correctas, estas afirmações constituiriam certamente um importante argumento em defesa da utilização de um tal sistema eleitoral.

É certo que estes argumentos talvez possam aplicar-se a qualquer sistema de círculos uninominais, incluindo o sistema de voto alternativo ou maioritário a duas voltas, e não apenas ao sistema de maioria relativa uninominal. Na verdade, uma vez que, para garantirem a reeleição, há mais probabilidades de os candidatos necessitarem de um apoio mais amplo e não circunscrito dos apoiantes do seu partido, o incentivo para assegurarem uma reputação de intermediários deveria ser ainda mais forte sob tais variantes (Carey e Shugart, 1992). Assim, o argumento prende-se realmente com os méritos relativos dos sistemas eleitorais uninominais, em comparação com os sistemas de círculos plurinominais. No entanto, uma vez que a presença de pelo menos alguns círculos plurinominais constitui uma característica fundamental de qualquer sistema proporcional, na prática estas afirmações revestem-se de grande relevância para o debate sobre os méritos relativos dos sistemas proporcionais e maioritários². O único modo de combinar a proporcionalidade com círculos uninominais é mediante a adopção de sistemas de membro adicional (ou mistos), mas mesmo estes requerem, obviamente, que alguns membros não sejam eleitos por círculos uninominais (Shugart e Wattenberg, 2001).

Contudo, como é natural, estas afirmações suscitam contestação. Geralmente, tal contestação não incide sobre a importância do papel dos representantes eleitos enquanto intermediários dos cidadãos. Nessa medida, e ao contrário do debate sobre a importância da «equidade» relativamente à «produção de um vencedor claro», há unanimidade nos dois campos quanto ao que deverá ser o resultado desejável do processo político. De facto, a contestação prende-se com o grau em que os círculos uninominais fornecem um maior incentivo aos representantes eleitos para agirem como intermediários dos cidadãos, em comparação com alguns sistemas de círculos plurinominais.

Em primeiro lugar, sugere-se que o incentivo proporcionado pelos círculos uninominais aos representantes eleitos para agirem como intermediários dos cida-

² É claro que os sistemas plurinominais não são necessariamente proporcionais. O sistema de maioria relativa plurinomial e o voto intransmissível único são dois exemplos óbvios.

dãos não é necessariamente tão forte como defendem os seus apoiantes. No fim de contas, alguns representantes representam círculos onde, pelo menos na história eleitoral recente, os seus partidos raramente ou nunca perderam eleições. Assim, por que haveriam de precisar de votos pessoais? Em vez disso, o seu futuro político parece depender do grau de satisfação dos activistas partidários, já que são estes que decidem se o representante deverá ser renomeado como candidato do seu partido nas eleições seguintes. Por outras palavras, a sua posição não é diferente da de um candidato num sistema de listas partidárias fechadas, que é, com efeito, uma variação do sistema de círculos uninominais.

Mas é ainda possível que se sobrestimem os incentivos criados pelo sistema de forma que os representantes em lugares marginais actuem como intermediários dos cidadãos. Em teoria, poderão ter de apelar ao apoio de todos os eleitores com base no seu trabalho enquanto representantes locais. Todavia, o facto de a maioria dos eleitores responder ou não a tal apelo permanecerá em aberto. Se o voto é sobretudo motivado pela identificação partidária, então o trabalho local desenvolvido pelo candidato poderá fazer pouca diferença. É óbvio que não parecem existir boas razões para que um representante eleito se dê ao trabalho de agir como intermediário em nome dos eleitores que apoiam firmemente um partido rival (os quais poderão até sentir relutância em abordá-lo). De facto, foi precisamente este tipo de considerações que levou Carey e Shugart (1992) a sugerirem que o sistema de MRU proporciona, no mínimo, um menor grau de incentivo à conquista de votos pessoais do que virtualmente qualquer outro sistema eleitoral.

Consideremos, em contrapartida, a posição de um representante eleito num círculo uninominal sob um sistema eleitoral em que os eleitores podem não apenas exprimir uma preferência por um partido, como também indicar uma preferência por pelo menos um candidato individual relativamente aos restantes candidatos designados pelo mesmo partido (e em que a distribuição dos votos dos candidatos individuais exerce claramente um impacto sobre aqueles que são eleitos). A identificação partidária já não é um factor suficiente para garantir a eleição de quaisquer representantes individuais. Para a reeleição não bastará uma boa actuação por parte do partido do candidato — o próprio candidato individual necessitará de recolher um número suficiente de votos pessoais para garantir um dos lugares que poderão vir a ser conquistados pelo seu partido. Por outras palavras, cada um dos candidatos individuais está em competição com os restantes candidatos designados pelo seu próprio partido. Por definição, esta competição deverá ser travada com base nas qualidades pessoais dos candidatos, mais do que na sua filiação partidária. E pelo menos uma das qualidades que poderão tentar «vender» ao eleitorado é a sua capacidade de actuarem como intermediários dos cidadãos.

Em suma, num sistema de círculos plurinominais com listas partidárias abertas (ou mesmo num sistema de VTU), o incentivo aos representantes eleitos para agirem como intermediários dos cidadãos poderá ser considerado mais forte do que nos sistemas de círculos uninominais. No fim de contas, nenhum can-

didato tem um lugar seguro e todos dependem da sua popularidade pessoal, bem como da popularidade do seu partido, para garantirem a eleição. É certo que poderão não ter grande incentivo para agirem em nome daqueles cidadãos que não apoiaram o seu partido. No entanto, se o sistema eleitoral for razoavelmente proporcional na distribuição de lugares entre os partidos, cada um dos principais segmentos de opinião num círculo deverá possuir pelo menos um representante em funções que possua um incentivo para actuar de um modo que o ajudará a obter votos pessoais nas eleições seguintes. Por conseguinte, os defensores desta vertente teórica acreditam que os cidadãos que vivem em países com sistemas plurinominais com listas abertas têm tantos motivos para se sentirem satisfeitos com os seus representantes e o sistema político como aqueles que vivem em países com um sistema de círculos uninominais.

Na verdade, estes argumentos podem ser igualmente aplicados aos sistemas de listas partidárias fechadas. No fim de contas, se os eleitores valorizam os representantes eleitos que actuam como intermediários em nome dos cidadãos, os partidos têm um incentivo para colocarem no topo das suas listas aqueles candidatos que gozam de uma reputação de eficiência no desempenho desse papel. Caso contrário, arriscam-se a que os eleitores prefiram apoiar outra lista. Assim, mesmo aqui, podemos duvidar de que o sistema de círculos uninominais seja particularmente eficaz em proporcionar um incentivo aos candidatos para que actuem como intermediários dos cidadãos.

Em suma, tanto os proponentes dos sistemas de círculos uninominais como os defensores dos sistemas plurinominais podem apresentar argumentos teóricos para justificarem a sua opção, apresentando o seu sistema preferido como aquele que representa melhor os eleitores — ou, pelo menos, tão bem como qualquer outro. Evidentemente, há que testar tais argumentos teóricos. Será que, na prática, os círculos plurinominais se revelam mais eficazes na promoção do contacto entre cidadãos e os seus representantes eleitos? E será que isto tem um impacto favorável nas avaliações dos cidadãos quanto ao seu processo político? Tentaremos de seguida dar resposta a estas questões.

DADOS

Há um claro requisito para podermos testar adequadamente estas teorias. Será necessário comparar a experiência e reacções dos eleitores nas principais legislaturas eleitas em círculos uninominais com aquilo que ocorre nas principais legislaturas eleitas em círculos plurinominais. Isto implica quase inevitavelmente a utilização de dados recolhidos em mais do que um país. Afinal, os países raramente mudam de sistema eleitoral e mesmo quando o fazem é de esperar que exista um certo atraso nas reacções dos representantes eleitos e dos eleitores a um novo sistema, seja ele qual for.

Até ao momento, as pesquisas de sondagem no campo do comportamento eleitoral mediante dados recolhidos durante os períodos eleitorais têm sido so-

bretudo uma actividade nacional, proporcionando poucas oportunidades para a comparação sistemática entre países (contudo, v. Curtice, Carmines e Heath, 1996, e Klingemann e Fuchs, 1995). De facto, embora Carey e Shugart (1992) tenham concebido um elegante modelo do modo como os diferentes sistemas eleitorais diferem em termos do grau de incentivo que proporcionam aos candidatos para desenvolverem uma reputação pessoal, inclusivamente através de acções de intermediação em nome dos cidadãos, os dois investigadores viram-se desprovidos de quaisquer fontes de dados para o testarem. Todavia, entre 1996 e 2000, o projecto de Estudo Comparativo dos Sistemas Eleitorais (CSES) incluiu sistematicamente nos estudos de eleições nacionais um módulo de perguntas de formato praticamente idêntico em todos os países e conduzido nas semanas imediatamente posteriores ao dia de eleições de cada país³. As perguntas incluídas no modelo visavam permitir a análise de dois assuntos principais. O primeiro tem que ver com o impacto dos sistemas eleitoral e político sobre o voto dos eleitores. O segundo prende-se com as razões da variabilidade das avaliações dos cidadãos e do seu grau de satisfação com o processo democrático. O objecto deste artigo é a segunda destas questões.

Os países e seus sistemas eleitorais

[QUADRO N.º 1]

Alguns círculos uninominais		Todos os círculos plurinominais	
Todos os lugares	Misto	Sem escolha de candidato	Alguns com escolha de candidato
Austrália	Alemanha	Israel	Bélgica
Bielorrússia	Hungria	Noruega	Chile
Canadá	Lituânia	Roménia	República Checa
Grã-Bretanha	México	Eslovénia	Dinamarca
Nova Zelândia*	Rússia	Espanha	Japão*
Ucrânia*	Coreia do Sul	Suécia**	Holanda
Estados Unidos			Peru
			Polónia
			Suíça
			Taiwan
			Tailândia

Os países são classificados de acordo com o sistema eleitoral vigente nas eleições anteriores àquelas em que foram recolhidos os dados.

* O país adoptou o sistema misto de uninominais e plurinominais nas eleições em que foram recolhidos os dados.

** O país mudou de listas fechadas para listas flexíveis nas eleições em que foram recolhidos os dados.

³ Em quatro países — Hong-Kong, México, Rússia e Espanha — o módulo foi administrado em dois períodos eleitorais entre 1996 e 2000. Os dois conjuntos de dados foram conjugados nas nossas análises, com a excepção de que, como explicamos à frente, Hong-Kong foi excluído das nossas análises.

No presente artigo recorreremos aos resultados do módulo para trinta países⁴. O quadro n.º 1 integra uma lista completa destes, bem como pormenores sobre o modo como classificámos os seus sistemas eleitorais. Impõem-se desde já algumas palavras a propósito da base da nossa classificação⁵. A distinção mais importante que fazemos é entre aqueles países nos quais pelo menos uma proporção significativa dos representantes é eleita em círculos uninominais e aqueles países nos quais todos os representantes (com a possível excepção de um ocasional círculo eleitoral rural ou insular) são eleitos em círculos plurinominais. A estarem correctos os argumentos dos defensores dos círculos uninominais, os cidadãos dos países do primeiro grupo deverão ter mais probabilidades do que os do segundo grupo de estabelecerem contacto com os seus representantes eleitos e, em consequência, de se sentirem mais satisfeitos com os seus representantes e a democracia em geral.

Contudo, é possível fazer outra distinção importante dentro de cada grupo. No caso dos países com círculos uninominais, podemos distinguir entre aqueles onde todos os lugares da legislatura principal são eleitos em círculos uninominais e aqueles onde apenas alguns se encontram nessas circunstâncias. O segundo grupo compreende uma variedade dos chamados sistemas «mistos» nos quais é utilizada uma distribuição de lugares plurinomial para «corrigir» as desproporcionalidades geradas pelo resultado global nos círculos uninominais, ou então é simplesmente mantida paralelamente aos concursos eleitorais dos círculos uninominais. Se os círculos uninominais apresentam de facto os benefícios que lhes são atribuídos, é de esperar que estes estejam em menor evidência nos países que utilizam sistemas mistos, comparativamente aos países que utilizam exclusivamente círculos uninominais⁶.

⁴ Contudo, note-se que a Bélgica é de momento apenas representada por dados relativos à Flandres. Como referimos acima, o módulo foi administrado em Hong-Kong nas eleições de 1998 e de 2000, mas os dados recolhidos foram excluídos da análise, já que a eleição de 1998 foi a primeira eleição do território sob sufrágio universal. Assim, o sistema eleitoral de Hong-Kong não teve ainda oportunidade para moldar a relação entre os cidadãos e os representantes eleitos.

⁵ Alguns leitores poderão interrogar-se sobre o modo como classificámos a Eslovénia, um país no qual, embora os candidatos sejam eleitos em círculos plurinominais (11 representantes por círculo), cada um destes é subdividido em 11 círculos uninominais e a ordem dos candidatos em cada lista partidária é determinada pelo seu relativo sucesso na conquista de votos no círculo uninominal pelo qual concorrem. Embora este sistema signifique que os partidos não possuem controlo exclusivo sobre a ordem dos candidatos nas suas listas, não proporciona aos eleitores individuais a oportunidade de exprimirem preferências entre candidatos da mesma lista. Por outro lado, embora possa considerar-se que os representantes eleitos têm um incentivo para actuarem como intermediários dos cidadãos no seu círculo uninominal, as suas perspectivas de reeleição dependerão da popularidade do seu partido no conjunto dos círculos plurinominais, mais do que no seu próprio círculo eleitoral. Para mais pormenores, v. Cerar (2002).

⁶ Em ambos os casos, alguns dos países utilizam algo que não a simples regra da pluralidade para determinarem o resultado eleitoral nos círculos uninominais. Todavia, o número de exemplos dentro de cada um dos dois grupos é demasiado reduzido para servir de base a outra subdivisão.

Por outro lado, no que diz respeito aos países que utilizam apenas círculos eleitorais plurinominais, distinguimos entre aqueles que dão aos eleitores a oportunidade, por muito limitada que seja, de exprimirem preferência por um ou mais candidatos individuais e aqueles que não proporcionam tal oportunidade. Estes últimos são exemplos do arquetípico sistema de listas partidárias «fechadas», no qual a eleição é unicamente determinada pela ordem dos candidatos na lista de cada partido. Os primeiros estão, no entanto, longe de serem necessariamente sistemas de listas «abertas», nos quais os candidatos eleitos para representarem cada partido dependem inteiramente das preferências expressas pelo eleitorado. Na verdade, a maioria são variantes do sistema de listas «flexíveis», no qual a ordem da lista determinada pelo partido apenas é alterada se um número relativamente alargado de eleitores exprimir uma preferência pessoal (opcional) por um candidato colocado numa posição mais baixa. Incluímos também neste grupo os países que dão aos eleitores tantos votos quantos os lugares a eleger, proporcionando-lhes assim a oportunidade de votarem num candidato designado por um partido, mas não necessariamente num dos colegas. Contudo, não obstante a heterogeneidade deste grupo, se de facto a possibilidade dos eleitores de escolherem entre candidatos do mesmo partido encoraja os representantes eleitos a actuarem como intermediários dos cidadãos (como afirmam os defensores dos sistemas plurinominais abertos), é de esperar que se observem níveis mais elevados de contacto e de satisfação entre os cidadãos deste grupo de países do que entre os cidadãos dos países com listas fechadas — e talvez também entre os cidadãos dos países com círculos uninominais.

Todavia, quatro dos nossos trinta países não foram simples de classificar. No Japão, Nova Zelândia, Suécia e Ucrânia, o período eleitoral no qual decorreu a recolha de dados do CSES foi marcado por uma mudança de sistema eleitoral. O Japão, a Nova Zelândia e a Ucrânia mudaram para um sistema misto, ao passo que a Suécia abandonou as listas fechadas em favor de listas flexíveis. Aquilo que nos interessa, porém, é o impacto que o sistema eleitoral de um país tem sobre os níveis de contacto cidadãos/representantes durante os períodos entre as eleições. Isto sugere que estes países deveriam ser classificados com base no sistema eleitoral vigente antes da eleição em que foram recolhidos os dados do CSES, e não com base no novo sistema eleitoral. Foi este o procedimento que adoptámos no quadro n.º 1 e na maior parte das nossas análises. No entanto, uma vez que é sustentável argumentar que os incentivos criados pelo velho sistema eleitoral possam ter sido atenuados em antecipação dos diferentes incentivos oferecidos pelo novo sistema, também procedemos a análises das quais excluímos esses países, de modo a podermos verificar a solidez das nossas conclusões. Os resultados dessas análises são apresentados no apêndice.

Dois outros países levantam questões específicas. No México, os representantes eleitos estão sujeitos a um limite de dois mandatos. Pode pensar-

-se que este facto reduz o incentivo aos representantes eleitos para actuarem como intermediários dos cidadãos, já que muitos não podem ser reeleitos. Por outro lado, nos Estados Unidos, as designações partidárias são determinadas pelos resultados das eleições primárias, mais do que pelas decisões de um pequeno grupo de activistas partidários. Isto significa que mesmo entre os representantes eleitos que representam círculos seguros para os seus partidos persiste o incentivo para que desempenhem eficazmente o papel de intermediação, já que as suas designações partidárias dependem também da sua *performance* eleitoral anterior (Carey e Shugart, 1992). Assim, a nossa análise também toma em consideração ambas estas possibilidades.

INDICADORES E MODELO

O módulo do CSES fornece-nos dois indicadores do grau de interacção entre os representantes eleitos e os seus eleitores. O primeiro é simplesmente uma medida do grau de contacto dos eleitores com um representante eleito. Fez-se a seguinte pergunta aos entrevistados:

Teve algum tipo de contacto com um [representante eleito] durante os últimos doze meses?

Note-se que a pergunta foi formulada de modo a averiguar a existência de qualquer forma de interacção que os próprios entrevistados definissem como um contacto significativo — desde uma entrevista pessoal a uma carta directa. Evidentemente, isto significa que o contacto poderá não assumir a forma de um representante eleito que desempenha o papel de intermediário dos cidadãos e a interacção pode ser uma iniciativa tomada pelo representante, e não pelo cidadão. Contudo, se os círculos uninominais proporcionam realmente um maior incentivo aos representantes eleitos para interagirem com os seus eleitores, é de esperar que esta pergunta revele um nível mais elevado de contacto entre os eleitores dos países que utilizam esse tipo de sistema eleitoral.

O nosso segundo indicador de interacção entre cidadãos e representantes é se os cidadãos conhecem de facto os nomes de quaisquer candidatos que concorrem pelo círculo eleitoral a que pertencem. Como vimos, sugere-se que o incentivo aos representantes eleitos para agirem como intermediários dos cidadãos reside na perspectiva de conquistarem votos com base na sua popularidade. No entanto, se os eleitores não conhecerem sequer o nome dos candidatos, as probabilidades de serem influenciados no seu voto pelas características ou reputação pessoal dos mesmos não deverão ser muitas. Assim, se o voto pessoal é encorajado pela utilização do sistema de círculos uninominais, é de esperar que se verifique um nível mais elevado de conhecimento do nome

dos candidatos nos países que utilizam tal sistema. A pergunta que procura averiguar este ponto é a seguinte:

Lembra-se do nome de algum candidato que [concorreu pelo/representou o] seu [círculo eleitoral primário da câmara baixa] nas últimas eleições?

Pedi-se àqueles que responderam afirmativamente que indicassem até três nomes, cuja exactidão foi posteriormente confirmada mediante a consulta da lista oficial de candidatos.

Assim, o primeiro passo da nossa análise é relativamente simples e directo. Temos de averiguar se aqueles que vivem em países com sistemas de círculos uninominais têm mais probabilidades de estabelecerem contacto com um representante eleito ou de recordarem os nomes dos candidatos pelos seus círculos eleitorais nas eleições anteriores. Desta forma poderemos estabelecer se os círculos uninominais encorajam de facto uma maior interacção entre os representantes eleitos e os eleitores.

Uma coisa é demonstrar que os sistemas de círculos uninominais encorajam a interacção entre os representantes eleitos e os eleitores; outra coisa bem diferente é mostrar a relevância dessa interacção. Obviamente, se a ocorrência de interacção for utilizada para justificar a utilização dos sistemas de círculos uninominais, então teremos também de demonstrar que tal interacção possui consequências benéficas para o sistema político. Se for esse o caso, a primeira coisa que poderemos esperar é que os eleitores que tiveram contacto com um representante tenham maior consideração pelos seus representantes eleitos. Para além disso, porém, teremos também de descobrir se mesmo aqueles que vivem em países com círculos uninominais e não tiveram qualquer contacto pessoal com um representante têm uma consideração relativamente elevada pelos seus representantes, já que os contactos que os representantes estabelecem com os cidadãos garantem que permanecem em contacto com a opinião pública.

A pergunta que se segue visa averiguar a avaliação que os eleitores fazem dos seus representantes:

Algumas pessoas afirmam que [os representantes eleitos] estão a par das opiniões das pessoas comuns. Outras acreditam que [os representantes eleitos] não conhecem bem as opiniões das pessoas comuns. Utilizando a escala neste cartão, em que posição se colocaria?

O cartão apresentava uma escala de cinco pontos, no qual a primeira proposição recebia a pontuação de 1 e a segunda a pontuação de 5.

Contudo, se a interacção supostamente encorajada pelos sistemas de círculos uninominais é benéfica para a democracia no seu conjunto, deve ser possível mostrar que resulta não apenas num maior respeito pelos políticos, em parti-

cular, como também num maior grau de satisfação com a democracia, em geral. De modo a medir a satisfação com a democracia, colocou-se aos entrevistados uma simples pergunta:

De um modo geral, sente-se satisfeito, moderadamente satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em [país]?

Uma vez mais, estamos interessados em testar duas possibilidades. A primeira é se qualquer nível elevado de satisfação com a democracia em países com círculos uninominais é directamente atribuível a um nível mais elevado de interacção entre os cidadãos e os representantes. Procurámos então saber se havia mais probabilidades de aqueles que declararam ter tido contacto com um representante eleito ou aqueles que foram capazes de indicar correctamente o nome de um candidato individual se sentirem satisfeitos com a democracia do que os outros.

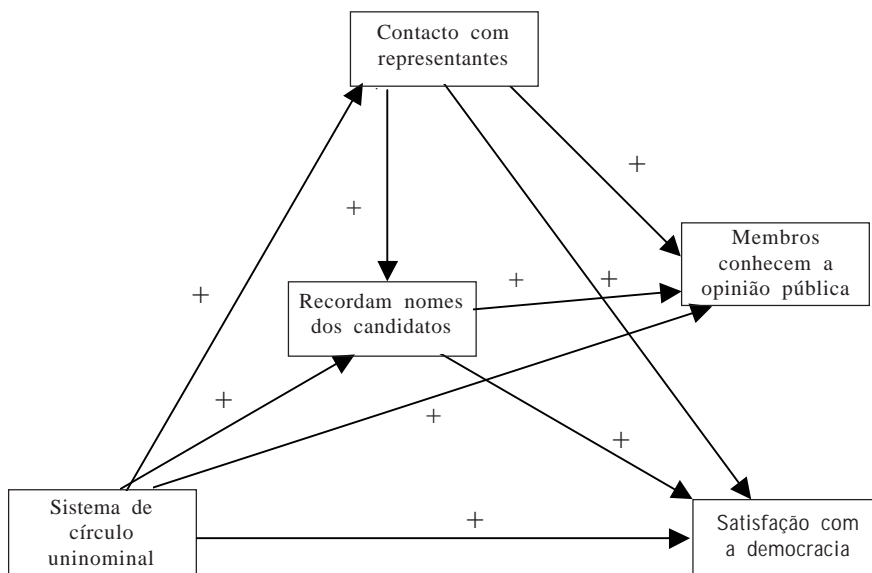
A segunda possibilidade é se os círculos uninominais geram um nível mais elevado de satisfação com a democracia não apenas entre os eleitores com experiência de contacto com os seus representantes. Como no caso das avaliações dos representantes eleitos, é possível defender que a existência de um nível mais elevado de interacção cidadão/representante afecta também as opiniões daqueles que não estabelecem pessoalmente qualquer contacto directo com os representantes. Estes poderão sentir-se mais satisfeitos com a democracia porque, por exemplo, estão cientes de que existem pessoas capazes de actuarem como intermediários em seu nome caso necessitem da sua ajuda. Ou então a simples ocorrência de qualquer interacção poderá ter um impacto suficiente sobre a qualidade de governação de um país cujos cidadãos se sintam mais satisfeitos. Seja como for, é evidente que teremos também de testar a possibilidade de uma relação directa entre a satisfação com a democracia e o tipo de sistema eleitoral, independentemente de qualquer processo de nível individual de interacção cidadão/representante.

Obviamente, seria ingénuo acreditar que o sistema eleitoral de um país é o único factor que influencia o nível de satisfação com a democracia — se é que o faz de facto. Outro factor óbvio é, possivelmente, a idade da democracia de um país. Alguns dos países aqui analisados são democracias recentes e outros democracias há muito estabelecidas. Para testar a possibilidade de que este factor influencia o grau de satisfação com a democracia (como, de facto, as restantes variáveis do nosso modelo) incluímos (sempre que se revelou significativo) uma variável exógena que dicotomiza os países em democracias amadurecidas, isto é, países que têm democracias há pelo menos vinte anos e democracias recentes. Entretanto, outra possível influência sobre as variáveis do nosso modelo é o rácio representantes/cidadãos. Quanto menor for o número de cidadãos que um representante serve, mais provável será, por exem-

plo, o estabelecimento de um contacto entre qualquer cidadão e o seu representante. Assim, sempre que se revelou significativo, incluímos também este rácio (logaritimizado) nos nossos modelos. E, finalmente, podemos antecipar que tanto a satisfação com a democracia como o contacto entre os eleitores e os representantes são promovidos ou facilitados pelo desempenho económico do país. Esta possibilidade é testada mediante a inclusão nos nossos modelos, quando relevante, de uma medida do PIB *per capita*.

O modelo

[FIGURA N.º 1]



A figura n.º 1 traça o nosso modelo completo dos supostos benefícios dos círculos uninominais. Evidentemente, podemos, ainda assim, argumentar que este modelo está longe de esgotar as influências possíveis sobre as avaliações dos representantes eleitos ou o nível de satisfação com a democracia⁷. O problema

⁷ Note-se em particular que, ao contrário de Norris (2001), não incluímos no nosso modelo quaisquer controlos sócio-demográficos de nível individual. Tais controlos podem, evidentemente, afectar a nossa estimativa do impacto dos sistemas eleitorais se a sua distribuição for correlacionada com o tipo de sistema eleitoral que um país possui. Dos controlos de Norris, a idade e o sexo diferem pouco por país, ao passo que a medida de rendimento no conjunto de dados do CSES constitui uma medida de rendimento relativo dentro do país, não podendo assim diferir de país para país — ao contrário do nível de medida de PIB dos nossos países. Quanto ao último controlo de Norris, a educação, cuja incidência varia de facto por país, verificámos que a inclusão desta variável não altera significativamente as nossas conclusões.

é que, se levarmos este argumento demasiado longe, estaremos simplesmente a negar as afirmações dos defensores dos círculos uninominais. Se o impacto dos círculos uninominais sobre o nível de satisfação com a democracia é demasiado exíguo para ser discernível sem um grande número de controlos, então deixará de ser claro que os seus benefícios são de importância suficiente para fundamentarem uma opção por esse sistema eleitoral. E, no fim de contas, a afirmação dos defensores dos círculos uninominais é que tais benefícios são suficientemente importantes para justificarem a adopção desse sistema.

Mas há dois aspectos dos dados do CSES que é necessário ter em conta na avaliação das afirmações sobre os sistemas eleitorais. O primeiro é que os dados do CSES deverão certamente divergir fortemente do pressuposto habitual de que as amostras são independentes umas das outras. Obviamente, dois casos ucranianos terão muito mais em comum um com o outro do que, por exemplo, com um caso canadiano. De facto, a nossa agregação de inquéritos nacionais é uma amostra conjunta maciça e mais ou menos acidental — o que deverá produzir uma forte autocorrelação espacial entre os nossos casos. É certo que utilizamos constantemente a estatística-padrão em amostras aglomeradas na análise de eleitorados individuais. A diferença é que consideramos a dependência de objectos dentro dos conjuntos numa amostra aglomerada normal como triviais e insignificantes. Uma vez que os conjuntos na amostra do CSES são países com histórias, culturas e instituições próprias, não podemos partir desse pressuposto neste caso.

A nossa solução para este problema é empregar o *probit* e a regressão linear (dependendo dos casos) mediante o uso de erros-padrão robustos com aglomerados de países. A regressão ou *probit* robustos produzem exactamente os mesmos coeficientes que a regressão ou *probit*-padrão. Contudo, produzem erros-padrão diferentes. Ao contrário da regressão ou *probit*-padrão, que provêm de um anterior modelo fixo (os pressupostos gaussianos) para avaliar o grau de incerteza na estimativa, a estimativa robusta de erros-padrão cria uma estimativa empírica da fiabilidade das rectas estimadas a partir da intercorrelação dos residuais. Isto confere-lhe o atraente benefício de não necessitar do pressuposto de que as observações são independentes (Greene, 2000, pp. 462-465, 488-491 e 505-507)⁸. E também não necessita da especificação de uma estrutura de erro homoestático.

O segundo aspecto dos dados que temos de ter em consideração é que as dimensões das amostras variam significativamente de país para país. A não ser que o corrigamos, as nossas estimativas tenderão para o padrão encontra-

⁸ Citando Greene (p. 465): «Os estimadores [robustos] começam a tornar-se ubíquos na literatura econométrica e representam um grande passo em frente no conjunto das técnicas disponíveis.» V. também STATA (1985-1999), pp. 256-259, e Sribney (1998).

do nos países com amostras maiores⁹. Assim, ponderámos as amostras de cada país de modo que todos eles contribuíssem equitativamente para a análise. Uma vez que aquilo que nos interessa é averiguar o efeito das variações nos sistemas eleitorais dos países, isto permite-nos realmente tratar de igual modo cada expressão da nossa variável independente.

A TEORIA NA PRÁTICA

Como já sugerimos, a estarem correctas as afirmações dos defensores dos círculos uninominais, aqueles que vivem em países com pelo menos alguns círculos uninominais deverão ter mais probabilidades de estabelecerem contacto com um representante eleito e de recordarem o nome de um candidato eleito pelo seu círculo nas últimas eleições. Ademais, é também de esperar que, em resultado disto, haja mais probabilidades de os cidadãos desses países sentirem que os seus representantes eleitos estão em contacto com a opinião pública e manifestarem um maior grau de satisfação com o funcionamento da democracia. No quadro n.º 2 averiguamos o grau pelo qual os dados do CSES parecem confirmar estas afirmações, mostrando para cada exemplo dos nossos quatro tipos de sistema eleitoral a proporção dos que respondem positivamente em cada um dos nossos quatro indicadores-chave. Apresentamos também a média simples de cada indicador para cada tipo de sistema eleitoral.

Alguns pontos sobressaem imediatamente. Em primeiro lugar, há, em média, um grau de probabilidade ligeiramente superior de as pessoas que vivem nos países que usam apenas círculos uninominais declararem ter tido contacto com um representante eleito, comparativamente àquelas que vivem em países com outros tipos de sistemas eleitorais, incluindo os sistemas mistos de círculos uninominais e plurinominais. Nessa medida, parece existir pelo menos alguma base de sustentação para as afirmações dos defensores dos círculos uninominais, se bem que o mesmo não pareça aplicar-se aos sistemas eleitorais mistos. Em contrapartida, porém, há poucas provas para sustentar a tese de que há mais probabilidades de aqueles que vivem em países com círculos uninominais indicarem correctamente o nome de pelo menos um dos candidatos do seu círculo e muito menos de acreditarem que os deputados conhecem as opiniões das pessoas comuns e de estarem satisfeitas com a democracia. De facto, ao contrário do que afirmam os defensores dos círculos uninominais e das listas abertas, há mais probabilidades de aqueles que vivem em países com listas fechadas plurinominais acreditarem

⁹ A dimensão da amostra anterior à igualação das dimensões das amostras entre países é de 57,906. Os casos foram ponderados de modo que a dimensão global da amostra permaneça a mesma após a igualação.

Contato, conhecimento e satisfação
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

País	Estabeleceram contacto	Indicam correctamente nome dos candidatos	Acreditam que os deputados conhecem a opinião pública	Satisfeitos ou razoavelmente satisfeitos com a democracia
Alguns círculos uninominais				
Todos os círculos uninominais:				
Austrália	16	58	15	78
Bielorrússia	9	16	33	47
Canadá	22	32	19	74
Grã-Bretanha	13	60	19	75
Nova Zelândia*	24	79	19	69
Ucrânia*	8	39	53	9
EUA	12	48	23	80
<i>Média</i>	15	47	26	62
Sistema misto:				
Alemanha	12	44	21	68
Hungria	7	62	30	42
Lituânia	13	–	23	37
México	10	18	26	52
Rússia	3	71	35	19
Coreia do Sul	16	92	14	41
<i>Média</i>	10	57	25	43
Todos os círculos plurinominais				
Sem escolha de candidato:				
Israel	16	–	31	53
Noruega	15	69	32	90
Roménia	7	30	43	44
Eslovénia	–	–	38	32
Espanha	3	26	33	74
Suécia	11	33	24	71
<i>Média</i>	10	40	34	61
Alguns círculos com escolha de candidato:				
Bélgica	–	–	20	59
Chile	12	–	32	–
República Checa	8	58	26	61
Dinamarca	19	–	41	89
Japão*	8	94	15	63
Holanda	5	–	28	88
Peru	9	71	31	–
Polónia	6	38	29	63
Suíça	20	50	34	76
Taiwan	8	40	19	47
Tailândia	17	93	40	77
<i>Média</i>	11	63	28	69

Contato: percentagem dos que declaram qualquer tipo de contacto com um representante eleito nos últimos doze meses.

Indicam correctamente o nome dos candidatos: percentagem dos que indicam correctamente o nome de, pelo menos, um candidato em funções no seu círculo.

Acreditam que os deputados conhecem a opinião pública: percentagem dos que apresentam pontuações de 1 ou 2 na escala que visa determinar se os representantes eleitos conhecem as opiniões das pessoas comuns.

que os seus representantes eleitos estão a par da opinião pública, ainda que haja menos probabilidades de indicarem correctamente o nome de um candidato. Além disso, devemos também notar a considerável variação em todos os nossos quatro indicadores entre países com o mesmo sistema eleitoral, incluindo ao nível de contacto declarado por aqueles que vivem em países que têm apenas círculos uninominais. Assim, ainda que, em média, os círculos uninominais pareçam de facto encorajar um grau ligeiramente mais elevado de contacto entre os cidadãos e os representantes, tal influência parece ser reduzida no que diz respeito aos outros factores que afectam também de modo evidente o nível de contacto.

Contudo, isto não passa, evidentemente, de uma análise informal que não procura identificar e integrar no modelo esses outros factores, e muito menos avaliar o significado estatístico das nossas descobertas. Assim, voltemo-nos agora para os resultados dos nossos modelos mais formais. O primeiro, apresentado no quadro n.º 3, é uma análise das influências sobre o nível de contacto. Isto sugere realmente que outras influências, além do sistema eleitoral, exercem de facto um impacto importante. Contudo, depois de as tomarmos em consideração, verificamos que o impacto do sistema eleitoral é igualmente significativo.

Sistemas eleitorais e contacto

[QUADRO N.º 3]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Sistema eleitoral (anterior):			
Todos os círculos uninominais	0,39	0,19	2,04
Sistema misto	0,26	0,22	1,17
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,25	0,20	1,23
Rácio deputados/população	0,28	0,16	1,77
Interações do rácio deputados/população:			
Todos os círculos uninominais.	0,04	0,17	0,24
Sistema misto	-0,19	0,22	-0,88
Círculos plurinominais — alguns com escolha	-0,15	0,17	-0,85
México (limites de mandatos)	0,12	0,20	0,60
EUA (primárias)	0,45	0,21	2,10
PIB	0,68	0,34	2,00
Constante	-1,61	0,18	-9,21

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,02$.

Deputados/população: logaritmo natural do número de representantes eleitos na legislatura por 100 000 pessoas.

PIB: PIB por 1 milhão de pessoas (1996).

Além do sistema eleitoral, o nosso modelo identifica duas influências. A primeira é o rácio deputados/população. Não será talvez uma surpresa verificar que, quanto mais elevado for o número de deputados por 100 000 pessoas, mais elevado será o nível de contacto declarado. A segunda influência é o desempenho económico do país. Há um maior grau de probabilidade de aqueles que vivem em países com um PIB *per capita* relativamente elevado serem também aqueles que declaram contacto com um representante. Contudo, depois de tomarmos em conta estes factores, a impressão que formámos ao observar o quadro n.º 2 parece confirmar-se. Aqueles que vivem em países que só têm círculos uninominais apresentam um nível de contacto significativamente maior do que aqueles que vivem em países com círculos plurinominais que não proporcionam aos eleitores a oportunidade de exprimirem uma preferência pessoal por um candidato. Em contrapartida, não há uma probabilidade significativamente mais elevada de aqueles que vivem em países com sistemas mistos, bem como aqueles que vivem em países que utilizam círculos plurinominais mas permitem aos eleitores exprimir uma preferência por um candidato, declararem contacto com representantes do que aqueles que vivem em países com sistemas fechados.

Mesmo assim, o quadro n.º 3 está longe de corroborar de modo claro as afirmações dos defensores de círculos uninominais. Embora possam ser insignificantes, os coeficientes para aqueles que vivem em sistemas mistos e para aqueles que vivem em países com círculos plurinominais que permitem alguma expressão de preferência são maiores do que zero, revelando-se, de facto, apenas ligeiramente inferiores ao coeficiente para os círculos uninominais. Em consequência, a diferença entre o coeficiente dos círculos uninominais e os coeficientes dos sistemas mistos e dos sistemas plurinominais que permitem alguma escolha de candidatos não é significativa. Assim, não podemos concluir que a adopção do sistema de círculos uninominais constitua claramente o único meio de encorajar o contacto entre os eleitores e os seus representantes¹⁰.

Mas, ainda que concluíssemos que existe alguma base de sustentação, se bem que limitada, para as afirmações dos defensores dos círculos uninominais no que diz respeito ao contacto declarado com os representantes, o mesmo não poderíamos certamente afirmar a propósito da capacidade dos eleitores para

¹⁰ Além disso, a análise apresentada no quadro n.º 1A do apêndice, donde excluimos os países que alteraram o sistema eleitoral nas eleições em que foram recolhidos os dados do CSES, sugere que a nossa descoberta de que existe um nível de contacto mais elevado entre aqueles que vivem em círculos uninominais poderá ser apenas verdadeira nos países com um baixo rácio deputados/população. Isto é revelado por uma significativa interacção negativa entre os sistemas de círculos de uninominais e o rácio deputados/população, sugerindo que é menos provável encontrar um nível mais elevado de contacto nos países que apresentam uma elevada proporção de deputados por população.

indicarem correctamente o nome de, pelo menos, um dos candidatos eleitos. Como podemos ver no quadro n.º 4, o nosso modelo sugere que há pouca relação entre o tipo de sistema eleitoral de um país e a capacidade dos eleitores para recordarem o nome de um candidato. (Note-se que neste quadro e no quadro n.º 5 classificámos excepcionalmente os países de acordo com o sistema eleitoral vigente nas eleições após as quais foram recolhidos os dados, e não nas eleições anteriores, já que é a característica da eleição corrente que deverá influenciar a capacidade dos eleitores para se recordarem dos nomes dos candidatos eleitorais.) É certo que há mais probabilidades de aqueles que vivem em sistemas mistos conseguirem recordar um nome correctamente, mas o mesmo não se aplica àqueles que vivem em países que apenas utilizam círculos uninominais, nem mesmo àqueles que vivem em países que permitem aos eleitores exprimir alguma preferência entre candidatos do mesmo partido. De facto, a única descoberta clara neste quadro é que os limites de mandato, tal como os que caracterizam o sistema eleitoral mexicano, reduzem aparentemente a capacidade dos eleitores para se recordarem do nome do candidato em quem poderão ter votado.

Sistemas eleitorais e conhecimento dos candidatos

[QUADRO N.º 4]

	Coefficiente	Erro-padrão	<i>z</i>
Sistema eleitoral (anterior):			
Todos os círculos uninominais	0,01	0,38	0,02
Sistema misto	0,71	0,37	1,93
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,33	0,35	0,93
México (limites de mandatos)	-1,41	0,22	-6,44
EUA (primárias)	0,16	0,24	0,67
Constante	-0,22	0,29	-0,75

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração de países.

Pseudo $R^2 = 0,05$.

O quadro n.º 5 lança alguma luz sobre as razões que nos levaram a esta descoberta amplamente negativa. Indica, como seria de esperar, que há mais probabilidades de aqueles que tiveram contacto com um representante conseguirem indicar correctamente o nome de um candidato eleitoral. Assim, mantendo-se o resto igual, seria de esperar que o quadro n.º 4 exibisse um padrão similar ao do quadro n.º 3. Contudo, a relação não é particularmente forte. É certo que o quadro n.º 3 do apêndice, do qual excluímos aqueles países que mudaram de sistema eleitoral nas eleições em que foram recolhidos os dados do CSES, revela uma relação mais forte. Mas, ao mesmo tempo, os termos

de interacção neste modelo alternativo indicam que a ocorrência de contacto com um representante exerce bastante menos influência sobre a capacidade dos eleitores para indicarem correctamente o nome de um candidato quando vigora um dos três tipos de sistema eleitoral especificado no modelo, comparativamente àqueles países que utilizam listas fechadas. Evidentemente, se isto significasse que haveria mais probabilidades de mesmo aqueles que não tivessem contacto com os representantes indicarem correctamente o nome de um candidato se vivessem num país com círculos uninominais, poderíamos ver aqui um argumento a favor de tal sistema. No entanto, na prática, tal não parece ser o caso.

Recordar candidatos, contacto e sistema eleitoral

[QUADRO N.º 5]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Contacto com representante	0,85	0,18	4,73
Sistema eleitoral (corrente):			
Todos os círculos uninominais	0,15	0,39	0,38
Sistema misto	0,69	0,37	1,85
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,40	0,35	1,13
Interacções de contacto:			
Todos os círculos uninominais	-0,13	0,20	-0,65
Sistema misto	0,02	0,43	0,05
Círculos plurinominais — alguns com escolha	-0,34	0,24	-1,46
México (limites de mandatos)	-1,43	0,22	-6,48
EUA (primárias)	-0,00	0,26	-0,00
Constante	-1,29	0,28	-1,01

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,07$.

Em suma, os círculos uninominais podem encorajar o contacto entre os eleitores e os seus representantes, se bem que esta característica não seja significativamente mais elevada do que nos sistemas plurinominais que permitem ao eleitor exprimir uma preferência por um candidato. Mas os círculos uninominais não produzem cidadãos mais bem informados sobre os candidatos nos quais votam, pelo que é pouco provável que encorajem os eleitores a tomarem em consideração as características pessoais dos candidatos no momento de tomarem a sua decisão eleitoral. Contudo, o que é que isto implica para as avaliações que os eleitores fazem dos seus representantes eleitos e da democracia em geral? Será que um maior nível de contacto entre os eleitores e os representantes nos países com círculos uninominais, comparativamente aos países com lista fechadas, significa que os eleitores que

vivem em tais países possuem um maior respeito pelos seus representantes eleitos e uma maior satisfação com o funcionamento da democracia?

Percepções modeladoras do conhecimento dos representantes eleitos sobre a opinião pública

[QUADRO N.º 6]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Contacto com representante	0,27	0,04	6,28
Recordam o nome do candidato	0,07	0,04	1,82
Sistema eleitoral (anterior):			
Todos os círculos uninominais	-0,13	0,17	-0,79
Sistema misto	-0,21	0,15	-1,37
Círculos plurinominais — alguns com escolha	-0,16	0,12	-1,39
Interacções de contacto:			
Todos os círculos uninominais	-0,11	0,10	-1,06
Sistema misto	-0,23	0,10	-2,19
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,12	0,08	1,46
Rácio deputados/população	0,04	0,07	0,63
México (limites de mandatos)	0,01	0,15	0,07
EUA (primárias)	0,07	0,22	0,30
Constante	2,81	0,10	29,43

Modelo de regressão linear, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,01$.

O quadro n.º 6 examina aquilo que parece influenciar as percepções dos eleitores quanto ao grau de conhecimento da opinião pública dos seus representantes eleitos. Em primeiro lugar, há, de facto, mais probabilidades de aqueles que tiveram recentemente contacto com um representante eleito e, em menor grau, aqueles que conseguem recordar correctamente o nome de um candidato eleitoral considerarem que os representantes eleitos conhecem as opiniões do público em geral. A afirmação dos defensores dos círculos uninominais de que o contacto entre eleitores e seus representantes fortalece a posição destes últimos aos olhos dos primeiros vê-se, assim, corroborada. Infelizmente, as provas não parecem confirmar os seus outros argumentos. Recordemos que, como argumentámos anteriormente, se os representantes eleitos actuam como intermediários dos cidadãos, isto deveria não só ter um impacto positivo sobre as avaliações daqueles que experimentaram tal contacto, como também contribuir para a formação de uma impressão favorável no resto do eleitorado. Contudo, não se verifica uma relação positiva directa entre a existência de círculos uninominais e a convicção de que os representantes eleitos estão a par das opiniões das pessoas comuns. Além disso, o quadro n.º 7 confirma esta mesma conclusão, mesmo quando não controlamos as variáveis do contacto e conhecimento dos candidatos.

Sistemas eleitorais e percepções do conhecimento dos representantes eleitos sobre a opinião pública

[QUADRO N.º 7]

	Coefficiente	Erro-padrão	t
Sistema eleitoral (anterior):			
Todos os círculos uninominais	-0,17	0,15	-1,13
Sistema misto	-0,32	0,14	-2,25
Círculos plurinominais — alguns com escolha	-0,13	0,09	-1,45
México (limites de mandatos)	-0,00	0,12	-0,02
EUA (primárias)	-0,03	0,13	-0,19
Constante	2,92	0,06	47,03

Modelo de regressão linear, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,01$.

A nossa história revela-se igualmente simples mesmo no que diz respeito à satisfação com a democracia. O contacto entre cidadãos e representantes poderá ser mais elevado nos países com sistemas de círculos uninominais do que nos países com sistemas de listas fechadas; contudo, o quadro n.º 8 revela

Satisfação com a democracia

[QUADRO N.º 8]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Contacto com representante	-0,04	0,08	-0,48
Recordam o nome do candidato	0,19	0,06	2,97
Sistema eleitoral (anterior):			
Todos os círculos uninominais	-0,23	0,20	-1,20
Sistema misto	-0,32	0,15	-2,17
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,18	0,17	1,05
Interacções de contacto:			
Todos os círculos uninominais	0,09	0,14	0,61
Sistema misto	0,20	0,15	1,38
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,01	0,13	0,05
Maturidade da democracia	0,76	0,18	4,33
Rácio deputados/população	0,13	0,09	1,36
México (limites de mandatos)	-0,18	0,16	-1,12
EUA (primárias)	0,63	0,26	2,37
Constante	-0,18	0,15	-1,15

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,09$.

que o facto de se ter tido uma experiência directa de contacto com um representante não significa necessariamente que os eleitores se sintam mais satisfeitos com a democracia, e muito menos que o papel dos representantes eleitos enquanto intermediários dos cidadãos exerça um impacto positivo sobre aqueles cidadãos que nunca tiveram tal experiência de contacto. Em vez disso, como sugere o quadro n.º 9, são aqueles que vivem em países com círculos plurinominais que permitem a expressão de uma preferência por um candidato individual que apresentam o mais elevado nível de satisfação com o tipo de democracia. O mesmo quadro sugere, além disso, que a idade da democracia de um país constitui um factor muito mais importante do que o tipo de sistema eleitoral adoptado.

Sistemas eleitorais e satisfação com a democracia

[QUADRO N.º 9]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Sistema eleitoral (anterior):			
Todos os círculos uninominais	0,01	0,21	0,05
Sistema misto	-0,12	0,17	-0,73
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,39	0,19	2,07
Maturidade da democracia	0,77	0,16	4,87
Rácio deputados/população	0,12	0,08	1,41
México (limites de mandatos)	-0,19	0,18	-1,10
EUA (primárias)	0,59	0,24	2,46
Constante	-0,32	0,18	-1,81

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,10$.

Maturidade: 1 = o país é uma democracia há pelo menos vinte anos; 0 = outros casos.

CONCLUSÃO

Conseguimos encontrar alguma base de sustentação para a afirmação de que os círculos uninominais encorajam os representantes eleitos a agirem como intermediários dos cidadãos e que este papel é valorizado pelos cidadãos em nome dos quais eles actuam. Verificámos que há um grau de probabilidade ligeiramente maior de aqueles que vivem em países com círculos uninominais declararem ter tido qualquer tipo de contacto com um representante eleito ao longo dos doze meses anteriores, comparativamente àqueles que vivem em países com sistemas de listas fechadas. Além disso, há mais probabilidades de aqueles que experimentaram tal contacto pensarem que os representantes eleitos estão a par das opiniões das pessoas comuns. Contudo, não há um grau de

probabilidade significativamente maior de aqueles que vivem em países com círculos uninominais declararem ter tido contacto com representantes do que aqueles que vivem em sistemas plurinominais que proporcionam aos eleitores a oportunidade de exprimirem uma preferência por um candidato particular. Além disso, aqueles que vivem em círculos uninominais não se mostram mais capazes de recordarem os nomes dos candidatos eleitorais, tal como não há mais probabilidades de se sentirem mais satisfeitos com a democracia nem de pensarem que os representantes eleitos estão em contacto com a opinião pública.

Não pretendemos com isto sugerir que viver num país com círculos plurinominais é claramente mais desejável do que viver num sistema de círculos uninominais — nada do que apresentámos neste artigo nos permite fazer tal afirmação. No que diz respeito aos critérios que temos estado a considerar, bem como aos indicadores desses critérios que pudemos empregar, somos simplesmente levados a concluir que nada há a escolher entre círculos uninominais e plurinominais. Isto poderá ser muito contra-intuitivo e contradizer as convicções tenazmente defendidas pelos apoiantes de ambas as formas de representação, mas a verdade é que as nossas provas sugerem que nenhum dos lados tem argumentos fortes. Este debate particular sobre os sistemas eleitorais parece conduzir simplesmente a um beco sem saída e é evidente que não fornece razões sólidas para preferirmos um dos sistemas eleitorais em detrimento do outro.

APÊNDICE

Sistemas eleitorais e contacto (excluindo países que alteraram o sistema eleitoral)

[QUADRO N.º 1A]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Sistema eleitoral:			
Todos os círculos uninominais	0,42	0,18	234
Sistema misto	0,28	0,22	1,27
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,31	0,19	1,65
Rácio deputados/população	0,33	0,20	1,63
Interações do rácio deputados/população:			
Todos os círculos uninominais	-0,75	0,32	-2,34
Sistema misto	-0,23	0,26	-0,90
Círculos plurinominais — alguns com escolha	-0,32	0,21	-1,53
GDP	0,95	0,45	2,10
México (limites de mandatos)	0,15	0,21	0,72
EUA (primárias)	-0,93	0,33	-2,82
Constante	-1,66	0,17	-10,05

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,01$.

Quem nos representa melhor? Um deputado ou vários?

Sistemas eleitorais e conhecimento dos candidatos (excluindo países que alteraram o sistema eleitoral)

[QUADRO N.º 2A]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Sistema eleitoral:			
Todos os círculos uninominais	0,01	0,38	0,02
Sistema misto	0,67	0,38	1,73
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,42	0,36	1,15
México (limites de mandatos)	-0,36	0,25	-5,57
EUA (primárias)	0,16	0,24	0,66
Constante	-0,22	0,30	-0,75

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,05$.

Conhecimento dos candidatos, contacto e sistema eleitoral
(excluindo países que mudaram de sistema eleitoral)

[QUADRO N.º 3A]

	Coefficiente	Erro-padrão	z
Contacto com representante	0,95	0,06	14,90
Sistema eleitoral:			
Todos os círculos uninominais	0,15	0,39	0,40
Sistema misto	0,67	0,37	1,86
Círculos plurinominais — alguns com escolha	0,41	0,35	1,16
Interações de contacto:			
Todos os círculos uninominais	-0,24	0,11	-2,20
Sistema misto	-0,36	0,11	-3,42
Círculos plurinominais — alguns com escolha	-0,13	0,10	-1,34
México (limites de mandatos)	-1,39	0,25	-5,57
EUA (primárias)	-0,00	0,27	-0,00
Constante	-0,29	0,28	-1,05

Modelo *probit*, erros-padrão *robust* para tomar em consideração a autocorrelação devida à aglomeração dos países.

Pseudo $R^2 = 0,07$.

BIBLIOGRAFIA

- BOGDANOR, V. (ed.), (1985), *Representatives of the People? Parliamentarians and Constituents in Western Democracies*, Aldershot, Gower.
- CAIN, B., FERREJOHN, J., e FIORINA, M. (1987), *The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- CAREY, J., e SHUGART, M. (1992), «Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas», in *Electoral Studies*, 14 (4), pp. 417-439.
- CERAR, M. (2002), «The Slovenian electoral system», in N. Tos e V. Miheljčak (eds.), *Slovenia between Continuity and Change, 1990-1997: Analyses, Documents and Data*, Berlim, Edition Sigma.
- CURTICE, J., Carmines, E., e Heath, A. (1996), «Voter rationality and party systems in Britain and America», in *Crest Working Paper n.º 46*, Londres e Oxford, Centre for Research into Elections and Social Trends.
- GREENE, W. (2000), *Econometric Analysis*, 4.ª ed., Upper Saddle River, N. J., Prentice-Hall.
- JACOBSON, G. (1997), *The Politics of Congressional Elections*, Nova Iorque, Harper Collins.
- KLINGEMANN, H., e FUCHS, D. (eds.) (1995), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press.
- NORRIS, P. (2001), «The twilight of Westminster? Electoral reform and its consequences», in *Political Studies*, 49 (4), pp. 877-900.
- SCHUMPETER, J. (1976), *Capitalism, Socialism and Democracy*, 5.ª ed., Londres, Allen and Unwin.
- SHUGART, M., e WATTENBERG, M. (eds.) (2001), *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds?*, Oxford, Oxford University Press.
- SRIBNEY, W. (1998), «What are the advantages of using the robust variance estimator over the standard maximum-likelihood variance estimator in logistic regression?», in STAT FAQ em www.stata.com/support/faqs/stat/robust_var.html.
- STATA (1985-99), *User's Guide, Release 6*, Texas, College Station, Stat Press.

Traduzido por Rui Cabral